

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

O Município possui atualmente dezenas de locais onde funcionam as diversas secretarias, departamentos, centros de atendimento ao público, além de centros de ensino e de saúde. Estes locais possuem sistemas de monitoramento de alarmes e câmeras instaladas, visando garantir a segurança do patrimônio público e também das pessoas que trabalham ou frequentam estes espaços. O Município tem a obrigação de garantir que o sistema de alarmes e monitoramento estejam operando de forma confiável, evitando interrupções e garantindo a qualidade do serviço oferecido. Para isso, frequentemente necessitamos substituir componentes diversos deste sistema, o que requer o fornecimento de peças de substituição bem como mão de obra qualificada para realização dos serviços.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA

(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para a resolução do problema identificado — a necessidade de manutenção perene, substituição de componentes e garantia de funcionamento dos sistemas de alarmes e CFTV do Município —, foram mapeadas e avaliadas as seguintes alternativas possíveis de modelagem:

Alternativa 1: Criação de cargo público e realização de concurso para Técnicos em Segurança Eletrônica

- **Análise Técnica:** Inviável. O quadro funcional do Município não conta com profissionais dessa especialidade em suas fileiras. Como as demandas por reparos e substituição de peças são esporádicas e flutuantes, a criação de uma estrutura permanente geraria momentos de total ociosidade da mão de obra. Ademais, o Município ainda dependeria de licitações paralelas e morosas para comprar as peças de reposição que os técnicos utilizariam.



- **Análise Econômica:** Desvantajosa. O custo fixo com folha de pagamento, encargos sociais e previdenciários de cargos efetivos superaria em larga escala o custo de contratações eventuais.

Alternativa 2: Contratação integrada de prestação de serviço global com locação de equipamentos (Mão de obra + Equipamentos Locados)

- **Análise Técnica:** Desnecessária para o cenário atual. O Município já possui, em dezenas de prédios públicos, sistemas de monitoramento e câmeras próprios e previamente instalados. Descartar ou inutilizar o patrimônio tecnológico existente para migrar para um modelo de locação violaria o princípio da eficiência.

- **Análise Econômica:** Desvantajosa, pois embutiria mensalidades fixas elevadas e custos de depreciação de novos equipamentos de propriedade de terceiros.

Alternativa 3: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e prestação de serviços sob demanda (Solução Escolhida)

- **Análise Técnica:** Amplamente viável e aderente. Garante o funcionamento adequado e contínuo da infraestrutura já existente no Município por meio de substituições precisas e assistência qualificada e ágil, acionada apenas quando houver necessidade real (sob demanda). Os produtos e serviços envolvidos são caracterizados como **comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade são facilmente definidos por especificações usuais de mercado, permitindo ampla competitividade.

- **Análise Econômica:** Altamente vantajosa. O modelo permite ao Município pagar estritamente pelo que for consumido e executado (economicidade flutuante). O levantamento de mercado indica que a iniciativa privada possui ampla oferta de empresas no ramo, gerando preços competitivos semelhantes aos despendidos por particulares que buscam o mesmo tipo de serviço. Adicionalmente, constatou-se que o objeto permite o enquadramento das licitantes no regime do **Simple Nacional** (inexistindo as vedações do art. 17 da LC nº 123/06), o que fomenta a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ampliando a disputa e a obtenção de propostas mais vantajosas.

Justificativa da Escolha da Solução

Diante do exposto, a **Alternativa 3** foi a selecionada por reunir as melhores condições técnicas e econômicas para o interesse público. Ela soluciona a ausência de corpo técnico especializado no quadro municipal, evita o desperdício dos equipamentos já de propriedade do Município, garante o dinamismo no restabelecimento da segurança dos prédios públicos e assegura o alinhamento com a modicidade de custos e a eficiência administrativa.

Quanto ao Simple Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simple Nacional?

Sim (X)



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não há vedação à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional na presente contratação, uma vez que o objeto consiste na aquisição de bens comuns, não enquadrados nas hipóteses legais de exclusão do referido regime tributário. Serão assegurados, quando cabíveis, os benefícios previstos na legislação vigente.

Ressalta-se, contudo, que a condição de optante pelo Simples Nacional não dispensa o cumprimento integral das exigências de habilitação previstas no Termo de Referência e no edital, inclusive quanto à qualificação econômico-financeira, devendo a empresa apresentar o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, na forma da regulamentação estabelecida no instrumento convocatório.

Não () (justificar)

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim (X)

Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, desde que observadas as condições estabelecidas no edital e no Termo de Referência, especialmente quanto à responsabilidade solidária das consorciadas e à comprovação dos requisitos de habilitação.

Não () (justificar)

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (X)

Será permitida a participação de sociedades cooperativas legalmente constituídas, desde que comprovem aptidão para o fornecimento do objeto licitado e atendam integralmente às exigências de habilitação previstas no edital e no Termo de Referência.

Não () (justificar)

Da vedação à subcontratação

Fica expressamente **vedada a subcontratação**, total ou parcial, do objeto desta contratação, por se tratar de peças e serviços que demandam qualificação técnica para instalação dos mesmos.

A vedação visa, ainda, mitigar riscos operacionais, evitar a fragmentação da responsabilidade contratual e garantir maior segurança jurídica à Administração Pública.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

A presente contratação não se dará por meio de Sistema de Registro de Preços, mas sim por pregão na modalidade tradicional, com formalização de contrato específico.

Dessa forma, não se aplica a possibilidade de adesão por órgãos ou entidades não participantes, uma vez que o objeto será contratado para atendimento exclusivo da



demanda desta Administração, conforme quantitativos previamente estimados e disponibilidade orçamentária própria.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Optou-se pelo **parcelamento do objeto** mediante a divisão em **dois lotes distintos** (Lote 1: Materiais; Lote 2: Serviços), em observância ao princípio da divisibilidade e à **Súmula nº 247 do TCU**. Tal medida visa ampliar a competitividade, permitindo a participação de empresas especializadas em cada segmento.

Outrossim, considerando que o valor estimado de cada lote não ultrapassa o limite legal de R\$ 80.000,00 (ajustar se for o caso) e que a pesquisa de mercado comprovou a existência de mais de três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP na região, ambos os lotes serão destinados à **participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, conforme o Art. 48, I, da LC nº 123/2006. Por tratar-se de certame integralmente exclusivo, não haverá a reserva de cotas de 25%, sendo o benefício de fomento aplicado à totalidade do objeto.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Os quantitativos estão definidos na tabela constante no Documento de Formalização de Demanda e estão baseados na licitação anterior do mesmo objeto, Pregão Eletrônico 90007/2025.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

De acordo com os quantitativos requeridos e tendo em vista os valores pagos no Pregão Eletrônico 90007/2025, estima-se o valor máximo da contratação em R\$ 264.648,70 (Duzentos e sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta e oito reais e setenta centavos).

**6. ANÁLISE DOS RISCOS**

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

RISCO 1	
Descrever aqui o risco: Realização de planejamento incompleto ou impreciso.	
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Dano	
Possível certame frustrado, atrasos na contratação devido a impugnações e possíveis alterações do edital ou contratações com valores inexequíveis ou sobre preço.	
Ação Preventiva	Responsável
O responsável pelo planejamento deve se atentar e utilizar às condições de aquisição e de pagamento semelhantes às do setor privado, bem como definir preços justos a fim de propiciar aos pretensos fornecedores condições adequadas para formulação das propostas.	Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.
Ação de Contingência	Responsável
Realizar levantamento de mercado adequado a fim de identificar a melhor forma execução dos serviços e os preços praticados.	Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.
RISCO 2	
Descrever aqui o risco: Levantamento incorreto da demanda	
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta
Impacto:	() Baixa () Média (<input checked="" type="checkbox"/>) Alta
Dano	
Subdimensionamento ou superdimensionamento das quantidades pode gerar falta de atendimento ou desperdício de recursos.	



Ação Preventiva		Responsável
Análise das quantidades executadas em contratos anteriores.		Responsável pela Elaboração do ETP.
Ação de Contingência		Responsável
Como previsto em lei é possível a realização de termo aditivo ao contrato.		Fiscal do Contrato e Procuradoria Geral
RISCO 3		
Descrever aqui o risco: Falta de padronização e compatibilidade		
Probabilidade:	(x) Baixa	() Média () Alta
Impacto:	() Baixa	() Média (x) Alta
Dano		
Aquisição de peças não compatíveis com os sistemas já implantados, necessidade de substituição integral do sistema e aumento de custos.		
Ação Preventiva		Responsável
Mapear as tecnologias e marcas existentes, permitir “equivalente técnico” através da descrição dos itens.		Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.
Ação de Contingência		Responsável
Prever a possibilidade de devolução de materiais que não atendam a necessidade do município.		Responsável pela Elaboração do ETP, TR e Anexos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

Tendo em vista as análises acima, temos clara a necessidade de garantir que os sistemas de alarme e monitoramento estejam operando de forma confiável, evitando interrupções e garantindo a qualidade do serviço oferecido. Para isto, conclui-se que a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de peças e prestação



deste tipo de serviço sob demanda é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Para o Lote 001 será requerido o seguinte documento:

a) Atestado de Capacidade Técnica que comprove a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação.

Para o Lote 002 serão exigidos os seguintes documentos:

b) Atestado (s) de Capacidade Técnica registrado(s) no Conselho de Classe competente (CREA ou CFT), que comprove(m) a execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação.

c) Declaração de que a empresa possui em seu quadro, no mínimo, 01 (um) profissional de nível técnico ou superior, com atribuições compatíveis com o objeto, devidamente registrado no CREA ou CFT

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada se obriga a executar os serviços e/ou a entrega dos produtos de acordo com os prazos e critérios estipulados, em dias, locais e quantidades determinadas.



Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexos causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Qualificação Técnica:

A exigência de qualificação técnica visa demonstrar de forma inequívoca que as empresa que pretendem contratar com o município possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.



10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL
(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº 9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

**11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Diante das análises deste ETP, pretende-se a contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento das peças e instalação/substituição dos equipamentos, sob demanda, garantiria funcionamento adequado e contínuo dos sistemas de monitoramento de alarmes. Espera-se garantir a confiabilidade, eficiência e continuidade do funcionamento dos sistemas, visando a garantia do patrimônio público e da população em geral.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O fornecimento dos produtos e serviços será por demanda, devido à natureza do objeto, conforme necessidade de substituição dos existentes ou implantação dos sistemas em novos locais.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Dione Luiz da Silva
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rudinei Curzel
Fiscal Técnico:	



Suplentes:

Vanessa Fabiane Severnini

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Além dos materiais e serviços para manutenção do sistema há uma empresa contratada para fazer o monitoramento remoto de alguns pontos onde os alarmes estão instalados. Atualmente este serviço é prestado através do Contrato Administrativo nº 166/2025 decorrente do Pregão eletrônico 90007/2025.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000002/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2025
- III) Id do item no PCA: 9183, 9184, 9185, 8186, 9187, 9188, 9189, 9190, 9191, 9192, 9193, 9194, 9195, 9196, 9197, 9198, 9199, 9200, 9201, 9202, 9203, 9204, 9205, 9428, 9573, 9574, 9575, 9576, 9577, 9578, 9579, 9580, 9581, 9582, 9583, 9584, 9585, 9586, 9587.
- IV) Classe/Grupo; sistemas diversos de sinalização, alarme e detecção para segurança, conversores elétricos estáticos, baterias recarregáveis, módulos eletrônicos, equipamentos para gravação e reprodução de vídeo, equipamentos de controle elétrico, equipamentos de armazenamento de dados, conectores elétricos, ferragens e suprimentos de eletricidade, peças, acessórios e ferramentas para redes de tic, fios e cabos elétricos, suprimentos de informática – tic e serviços de instalação
- V) Identificador da Futura Contratação: 987541-184/2026 e 987541-162/2026

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- () Global
- () Lote(s) de Itens
- (X) Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- (X) Bens e serviços comuns
- () Bens e serviços especiais
- () Serviço comum de engenharia



() Serviço especial de Engenharia

O objeto desta contratação é classificado como bem comum, uma vez que se trata de produto com padrões de qualidade e desempenho definidos com base em especificações usuais de mercado. São itens com características padronizadas, ampla oferta no setor comercial e possibilidade de comparação objetiva entre diferentes marcas e fornecedores.

(x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos

() Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra

() Serviços não contínuos ou contratados por escopo

() Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

O objeto é considerado de natureza contínua, pois, existe a necessidade de manutenção dos sistemas de alarme e câmeras de monitoramento sempre que necessário. As peças possuem uma vida útil, algumas maiores que outras e quando finda essa vida útil se faz necessário a troca da mesma.

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações supra, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa(s) para fornecimento das peças e instalação/substituição dos equipamentos do sistema de alarme e monitoramento, sob demanda.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
☐ Concurso
☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço (**mais usual**)
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto
☐ Fechado
☐ Aberto e Fechado
☐ Fechado e Aberto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

☐ SIM

☒ NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

☒ Recursos Próprios

☐ Recursos Estaduais

☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 24 de abril de 2025.

Elaborado pela pelo Departamento de Compras

Rudinei Curzel

Agente Administrativo